

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 79/XIV/1ª

PELO FIM DO FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS CULTURAS AGRÍCOLAS INTENSIVAS E SUPERINTENSIVAS E APOSTA NA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

Os sistemas de produção agrícola intensivos e superintensivos apresentam grande produtividade, mas degradam rapidamente os recursos naturais, com destruição de biodiversidade, muitas vezes acompanhada de elevados níveis de erosão e contaminação do solo e recursos hídricos. O risco de dano ambiental e de saúde pública é muito elevado em consequência do elevado consumo de fatores de produção, nomeadamente adubos e pesticidas, e da grande exposição dos elementos naturais mais suscetíveis assim como dos trabalhadores agrícolas, dos consumidores e dos residentes em meios rurais. No caso das perdas de biodiversidade, a intensificação da agricultura representa um enorme risco para muitas das espécies ameaçadas em território europeu, é exemplo a expansão dos sistemas de olival superintensivos que ocorreu na proximidade da barragem do Alqueva e que durante o ano 2017, segundo a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, dizimou 100 aves por hectare, com o processo mecanizado de colheita noturna.

Na área hidroagrícola do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva inscrevem-se 52 mil destes hectares quando em 2012 eram apenas 13,4 mil. A quadruplicação da área desta cultura tornou-a na mais importante da área do Alqueva, representando 59% do perímetro de rega. Também no Alqueva, a implantação de amendoal subiu de 975 hectares em 2015 para os 7 mil em 2018. Atualmente, muitos investidores pretendem apostar mais no regime superintensivo de forma a rentabilizar a maquinaria e a mão-de-

obra que se aplica já no olival. A maior parte do investimento no amendoal provém do estado espanhol (70%) e o restante é nacional.

Esta transformação levou estes olivais e amendoais a circundar localidades inteiras, transformando a paisagem. A poucos metros das residências ocorrem pulverizações com turbinas que acabam por colocar em risco toda a gente que habite ou circule na sua proximidade, configurando uma situação de risco para a saúde pública.

Por outro lado, os recursos hídricos disponíveis no país são muito limitados e não suportam a livre expansão deste modelo de agricultura, ainda mais quando as projeções climáticas são alarmantes para o aumento dos riscos de seca.

Os sistemas de produção intensivos e superintensivos funcionam frequentemente em monocultura e com uma única variedade, sendo por isso um sistema com reduzida diversidade interespecífica e intraespecífica, com pouca resiliência e mais suscetíveis a pragas e doenças, necessitando de muitos “inputs”.

Em 2016 foram transacionadas em Portugal 10 mil toneladas de substâncias ativas em pesticidas (55% fungicidas, 19% herbicidas, 10% inseticidas e acaricidas, 16% de fumigantes, moluscicidas e outros). Trata-se de 2,8 kg de substâncias ativas por hectare se tivermos em consideração a totalidade da SAU nacional. Se considerarmos, por facilidade, que todos os pesticidas aplicados têm um teor em substância ativa equivalente ao Roundup, com 36% de glifosato, então a quantidade de pesticidas aplicados por hectare atinge os 7,8 Kg anuais.

Entre 2006 e 2016, a quantidade total de substâncias ativas aplicadas por hectare em Portugal baixou de 4,18kg para 2,76kg. Parece uma redução considerável, mas foi garantida apenas no consumo de fungicidas, nomeadamente no enxofre, um dos produtos menos preocupantes do ponto de vista ambiental, pois tem uma utilização milenar, cujas vendas passaram de 9.000 toneladas, em 2007, para 2.060 toneladas, em 2016. O nível de consumo de inseticidas e herbicidas manteve-se entre 2006 e 2016, com ligeiras oscilações (desvio padrão de 0,053).

O consumo aparente de fertilizantes de síntese, expresso nos macronutrientes, Azoto (N), Fósforo (P₂O₅) e Potássio (K₂O), foi de 187 mil toneladas em 2017. Se acrescentarmos o montante aplicado na forma orgânica, a incorporação de N atinge as

309 mil toneladas. Deste montante, 153 mil (50%) das toneladas aplicadas ao solo não foram removidas pelas culturas. Parte deste excesso pode ficar retido no solo para o ano seguinte, quando tem origem orgânica e ainda não foi mineralizada, outra parte, 23% em 2017, perde-se para a atmosfera por volatilização. E uma terceira parte, a maior delas, dadas as condições edafoclimáticas nacionais e a predominância dos adubos de síntese, acaba por ser lixiviada e contamina recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

O balanço bruto médio do azoto nos últimos 5 anos de que há registo (2013 a 2017) foi de 153 mil toneladas, um montante superior ao correspondente nos primeiros 5 anos do milénio (2000 a 2014), onde se registou 148 mil toneladas. Segundo os dados do INE, o balanço bruto do N por hectare em 2017 (43kg) é equivalente ao de 1995 (42kg).

Quanto ao fósforo, a situação é menos preocupante, tendo-se registado no balanço de 2017 um excesso de 23,8 mil toneladas, equivalente a 6,6 kg de fósforo por hectare de SAU. O balanço médio dos últimos 5 anos de que há registo (2013 a 2017) foi de 21,2 mil toneladas, um montante substancialmente inferior ao correspondente nos primeiros 5 anos do milénio (2000 a 2014), onde se registaram 40,7 mil toneladas.

Assim, demonstra-se que a agricultura portuguesa não está a abandonar o modelo químico-mecânico que durante as últimas décadas tem delapidado recursos naturais fundamentais, como a água, o solo e a biodiversidade. E que os avanços na agricultura de precisão foram bastante limitados no que diz respeito ao uso eficiente destes recursos. A promoção da limitação natural no controlo de pragas e doenças em Portugal tem se limitado à substituição de pesticidas que ao longo do tempo se demonstraram gravemente danosos para o ambiente por outros, mais seletivos e cujas evidências científicas poderão dar mais confiança, mas que dificilmente passarão o teste do tempo caso sejam submetidos a utilização massiva. As fracas tentativas de implementação das técnicas de proteção integrada e produção integrada falharam redondamente e a promoção prioritária dos equilíbrios naturais nunca se concretizou. É assim necessário criar políticas fortes para que os espaços de produção agrícola não sejam tratados como indústrias, mas sim como ecossistemas agrários dotados de resiliência.

Segundo estudos recentes do IPCC (2019), a agricultura contribui com quase um quarto das emissões de gases com efeito de estufa, o que nos obriga a realizar uma enorme e acelerada transformação da agricultura e dos hábitos alimentares. Estes impactos não

resultam apenas dos processos de desflorestação, mas também da expansão da agricultura industrializada e da monocultura, com elevado consumo de fatores de produção industriais e poluentes (pesticidas, adubos, energia, etc). O Bloco de Esquerda considera que, para responder ao desafio das alterações climáticas, são necessárias fortes políticas públicas para garantir que as atuais explorações agrícolas abandonem a monocultura industrial e transitem para modelos ecológicos, de baixos inputs e com elevada incorporação de conhecimento técnico-científico, centrados em processos ecológicos e que sejam garantia de segurança e diversificação da paisagem alimentar, de preservação ambiental e de maior qualidade de vida para população.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Crie um programa de transição ecológica, que promova fortemente a descarbonização da agricultura, pela combinação de duas vias distintas e de forma progressiva: a) redução dos consumos energéticos, adubos, pesticidas e outros inputs através de uma maior precisão e eficiência do seu uso; b) abolição da monocultura e substituição de inputs industriais por processos ecológicos (limitação natural, fixação de azoto atmosférico, etc.);
2. Determine a eliminação dos apoios públicos nacionais e comunitários atribuídos a novos investimentos em sistemas intensivos e superintensivos e a todas as explorações agrícolas existentes que não integrem o programa de transição ecológica;
3. Garanta, dentro da margem de ação nacional, a adaptação do próximo quadro comunitário de apoio ao programa de transição ecológica;
4. Garanta condições para que as explorações agrícolas e florestais de minifúndio não sejam marginalizadas e tenham possibilidade de participar no processo de transição;

Assembleia da República, 19 de novembro de 2019.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

